

# A APORIA DO CONSELHEIRO: O FIM DA LINHA DO CRONISTA MACHADO DE ASSIS

Júlio França  
(UERJ)

## RESUMO

Em 28 de fevereiro de 1897, Machado de Assis afasta-se da *Gazeta de Notícias* e encerra assim um período de trinta e oito anos de colaboração regular na imprensa fluminense. A renúncia de Machado é enigmática e vem sendo interpretada de várias maneiras pela tradição crítica. A proposta deste artigo é, por um lado, discutir as razões que levaram Machado a abandonar a crônica e, por outro, demonstrar que alguns elementos característicos da escrita cronística influíram diretamente no artesanato da prosa ficcional dos seus três últimos romances, publicados após o seu afastamento dos periódicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Século XIX; Literatura Brasileira; Machado de Assis; Crônica.

A produção cronística de Machado de Assis pode ser apreciada sob diversos prismas. O que não é concebível, entretanto, é considerá-la apenas uma contingência na carreira do escritor, um apêndice desimportante em meio à grandiosidade dos seus contos e romances. Não é escusado lembrar que, por cerca de quarenta anos, Machado exerceu regularmente a função de cronista em diversos periódicos fluminenses. Permitindo-me um arroubo estatístico, diria que ele foi cronista durante mais tempo do que romancista...

A última fase machadiana como cronista regular deu-se entre 1892 e 1897, na *Gazeta de Notícias*, jornal que “fora objeto do desejo de toda uma geração e que desfrutava do prestígio de ter sido fundamental na profissionalização do intelectual de letras no Rio de Janeiro” (BILAC, 1996, p.13). Fundado em 1875, por Ferreira Araújo, o periódico teve entre seus colaboradores escritores consagrados como os portugueses Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Na *Gazeta*, Machado escreveu,

na coluna dominical de primeira página intitulada “A Semana”, duzentos e quarenta e oito crônicas (incluo nessa soma duas crônicas isoladas, escritas no ano de 1900, quando Machado substituiu Bilac por um breve período).

Em 28 de fevereiro de 1897, Machado de Assis afasta-se da *Gazeta de Notícias*, deixa o posto para Olavo Bilac e encerra assim um período de trinta e oito anos de colaboração regular na imprensa fluminense. À pergunta que se impõe – por que pára Machado de escrever crônicas? – os biógrafos e os especialistas machadianos respondem com vagas conjecturas: problemas de saúde; perturbações da velhice; sensação de dever cumprido; incompatibilidade com o governo republicano; tédio à controvérsia; desencanto com os novos tempos. Essas hipóteses contemplam facetas da vida e da obra do velho escritor, mas ignoram um fato que me parece fundamental: o de que não se trata de uma aposentadoria literária, pois, ao abandonar a crônica, Machado não pára de escrever. Ele assinaria ainda três dos seus mais importantes romances: *Dom Casmurro*, em 1900; *Esau e Jacó*, em 1904; e *Memorial de Aires*, no ano de sua morte, 1908. Como a renúncia à função de cronista não significa o fim da carreira do escritor, parece-me razoável supor que o escritor indispôs-se com algo específico ao ato de escrever crônicas.

Vasculhar dados biográficos pouco ajudam a esclarecer a questão. Desde 1892, Machado era diretor-geral do Ministério da Viação e a Proclamação da República não representou uma ameaça imediata ao seu cargo no funcionalismo, nem ao seu *status* social. Primeiro porque os republicanos não contavam com um contingente de mão-de-obra especializada para substituir todo o funcionalismo imperial e, principalmente, Machado já era reconhecido como o grande escritor brasileiro, e seria inconcebível qualquer ato governamental que o atingisse. É verdade que jamais fora simpático à causa republicana e o período em que escreveu suas derradeiras crônicas foi politicamente instável. Suas críticas nem sempre discretas ao federalismo, por exemplo, poderiam colocá-lo arriscadamente perto do perigo – John Gledson (ASSIS, 1996, p.15-17) lembra que, no princípio de 1894, fora acusado de ser monarquista. Porém, quando morreu recebeu todas as pompas devidas aos grandes homens da República.

De mais a mais, Machado fazia questão de enfatizar, em suas crônicas, que não gostava de se intrometer em política por nada enten-

der do assunto. Para ilustrar a obsessão do cronista em não ser confundido com um homem político, transcrevo algumas de suas declarações explícitas de aversão ao tema:

[24/04/1892] “mas, não entendendo eu de política” (ASSIS, 1996, p. 47).

[15/05/1892] “não entendendo eu de medicina política” (ibid.:58)

[13/08/1893] “A parte política só me ocupa quando, do ato ou do fato sai alguma psicologia interessante” (ibid.:281).

[28/01/1894] “por não entender cabalmente de política” (ASSIS, 1957, p.25).

[25/02/1894] “Não entendo de política, limito-me a ouvir as considerações alheias” (ibid.:42).

[06/01/1895] “Só se foi política, matéria estranha às minhas cogitações” (ibid.:268).

[07/04/1895] “Não há quem não conheça a minha desafeição à política, e, por dedução, a profunda ignorância que tenho desta arte ou ciência. Nem sequer sei se é arte ou ciência; apenas sei que as opiniões variam a tal respeito. Faltam-me os meios de achar a verdade” (ibid.:326-327).

[08/12/1895] “Provado que não entendo de finanças, espero que me não exijam igual prova acerca da política, posto que a política seja acessível aos mais ínfimos espíritos deste mundo. A questão, porém, não é de graduação, é de criação” (ASSIS, 1962, p.56).

[07/06/1896] “(...) política, matéria alheia à minha esfera de ação” (ibid.:195).

Parece-me, portanto, mais razoável acreditar que as opiniões de Machado, para além da literatura, eram um mistério mesmo para seus contemporâneos. Alfredo Pujol (1934) recorda um elucidativo relato de Bilac: numa reunião de brasileiros na casa de Eça de Queirós, o romancista português demonstrava-se sequioso por saber notícias da opinião de Machado sobre assuntos políticos, econômicos e sociais. Atarantados, os brasileiros só puderam replicar: “Machado não pensa nada sobre isso: o Machado escreve romances e contos!”

Excluída, por insatisfatória, a hipótese da incompatibilidade política com o novo regime ter afastado Machado da crônica, pode-se

também rejeitar, sem maiores riscos, a alegação da fragilidade de seu estado de saúde. Se era precário, não lhe impedira, em 1896, de trabalhar intensamente pela fundação da Academia Brasileira de Letras, de onde foi presidente até morrer, nem de exercer, com gosto, suas funções burocráticas no Ministério da Viação. É fato que, em sua crônica derradeira, confessa estar cansado – “Parece tempo de repousar o meu tanto. Que o repouso seja breve ou longo, é o que não sei dizer; vou estirar estes membros cansados, cochilar a minha sesta” (ASSIS, 1962, p.425) – e vítima de uma “confusão na alma” (ibid.: 429), que atribuía à natural melancolia do afastamento iminente; mas sua despedida apresenta indícios muito mais significativos.

Quando resolve fazer um balanço dos seus cinco anos assinando a coluna, Machado arrisca um exame de consciência “à maneira de Sarah Bernhardt ou de Santo Agostinho” (ibid.: 425) e surpreende-se, de imediato, por estar unindo o nome do filósofo canonizado ao de uma atriz. Avaliando a insólita associação, ele pondera:

... este século acabou por deitar todos os nomes no mesmo cesto, misturá-los, tirá-los sem ordem e cosê-los sem escolha. É um século fatigado. As forças que despendeu, desde princípio, em aplaudir e odiar, foram enormes. Junta a isso as revoluções, as anexações, as dissoluções e as invenções de toda casta, políticas e filosóficas, artísticas e literárias, até as acrobáticas e farmacêuticas, e compreenderás que é um século esfalfado (ibid.: 426).

O século ou o cronista estaria “esfalfado” com tantas e seguidas transformações no ritmo de vida, no pensamento, nos costumes, na própria aparência do mundo à sua volta? Humberto de Campos, em seu *Diário secreto*, narra um episódio expressivo: ao sair certa vez da Livraria Garnier, Machado contemplou a multidão que passava, apressadamente, pela rua do Ouvidor, e teria dito com tristeza a quem o acompanhava: “Festa de estalagem, todos dançam e ninguém se conhece” (apud ASSIS, 1975, p.13). O espírito “utilitário e prático” (ASSIS, 1996, p. 233) do final do século XIX tangia a nota nostálgica que embalava a pena do escritor, tomado pela melancolia do ancião que vai se sentindo cada vez mais órfão de sua época – é significativo, por exemplo, o número de crônicas que Machado dedica ao falecimento de seus amigos e conhecidos.

Mas não eram idiossincrasias da velhice que levavam Machado a se incomodar com os novos tempos. Não era um retrógrado. Se gostava

de citar Victor Hugo e lembrar “*Que la création est une grande roue / Qui ne peut se mouvoir sans écraser quelqu’un*”, admitia, porém, que não se podia amaldiçoar os navios pelo fato de haver naufrágios (ASSIS, 1973, p. 636). O que lhe incomodava sobremaneira na nova ordem burguesa eram os pregoeiros da modernidade e seu culto cego às maravilhas da civilização. A crença na infalibilidade da Ciência e nos benefícios ilimitados do progresso eram a pedra angular do poder republicano e de sua azáfama modernizante, mas estavam disseminados pela sociedade e refletia-se, por exemplo, no condutor do recém-inaugurado bonde elétrico, em quem se sentia, no olhar, “a convicção de que inventara, não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade” (ibid.: 551).

O “autoritarismo ilustrado”, nos termos de José Murilo de Carvalho (1998), desumanizava as decisões políticas, entregues a técnicos que, falando em nome das incontestáveis ações civilizadoras, ignoravam os interesses dos cidadãos. O irrealismo dessa deliberações é patente, por exemplo, na obsessão por medidas higienistas: destruíam-se casas de cômodos sem a preocupação de se saber para onde iriam, numa cidade com sérios problemas habitacionais, os desalojados.

As ações governamentais tinham a assinatura desse “estilo de maldade caracteristicamente moderno: indireto, impessoal, mediado por complexas organizações e funções institucionais” (BERMAN, 1986, p.67). A própria organização administrativa da República era estruturada de modo a facilitar a sobrançeria das deliberações: na Capital Federal, por exemplo, os prefeitos e chefes de polícia indicados vinham, com frequência, de outros estados e desconheciam a vida da cidade. Além disso, os cargos de mando eram todos ocupados por tecnocratas. Dos seis primeiros intendentess, quatro eram médicos, um engenheiro e apenas um outro tinha a tradicional formação jurídica. Machado não desconhece essa situação e a ironiza, em 1896, quando comenta a lei que destinava cinquenta contos a quem escrevesse, no prazo de cinco anos, a história da cidade desde os tempos coloniais. Como estava previsto que o julgamento das obras seria confiado “a pessoas competentes a juízo do prefeito” (ASSIS, 1973, p. 700), o cronista contestava:

Nós não sabemos quem será o prefeito daqui a cinco anos; pode ser um droguista, e há duas espécies de droguistas, uns que conhecem da competência literária dos críticos, outros que não. Suponhamos que o eleito é da Segunda espécie. Que pessoas escolherá ele para dizer dos méritos da composição? Os seus ajudantes de laboratório? (ibid.: 701)

Desconfiar do discurso positivista hegemônico – atitude que remontava à sua sátira ao Naturalismo e ao Positivismo realizada no emblemático Humanitismo de *Quincas Borba* – e de sua pretensão de reduzir o universo a um punhado de enunciados e leis científicas imutáveis, custou a Machado a fama de cético. Em sua crônica de despedida, o cronista defende-se da acusação que já lhe era comum, e o persegue até nossos dias:

Não achareis linha céptica nestas minhas conversações dominicais. Se destes com alguma que se possa dizer pessimista, adverte que nada há mais oposto ao cepticismo. Achar que uma coisa é ruim não é duvidar dela, mas afirmá-la. O verdadeiro cético não crê, como o Dr. Pangloss, que os narizes se fizeram para os óculos, nem, como eu, que os óculos é que se fizeram para os narizes; o cético verdadeiro descrê de uns e de outros. Que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter esta opinião! (ASSIS, 1962,p.428).

Convincente na negação de seu ceticismo, Machado acaba por reconhecer o pessimismo destilado por suas crônicas: “Não estudei com Pangloss; não creio que tudo vá pelo melhor no melhor dos mundos possíveis” (ASSIS, 1957, p. 370), a revelação anti-leibniziana de junho de 1895, e “quem põe o nariz fora da porta, vê que este mundo não vai bem” (ASSIS, 1962, p. 5), em outubro do mesmo ano, são alguns exemplos explícitos de quão pouco eufórica era a visão machadiana sobre o rumo que as coisas tomavam em seu tempo.

Tópico recorrente na crítica machadiana desde o princípio do século XX, o pessimismo do escritor já foi relacionado a causas diversas. O desafeto Silvio Romero falava em não-identificação do autor com o povo brasileiro; Mário de Alencar, seu grande amigo, via motivações patológicas – a epilepsia, a gagueira etc. Menos temerária é a linha que aponta a descrença nos valores morais da sociedade moderna, o que aproximaria o escritor de grupos políticos, como os socialistas, e de escolas artísticas, entre elas o Decadentismo, que partilhavam duma completa desesperança no futuro da sociedade burguesa.

A reação do cronista ante os assuntos financeiros que dominavam o noticiário dos grandes jornais é elucidativa da desconfiança crescente que Machado foi nutrindo pelo admirável mundo novo que se erguia à sua frente. “Tudo é algarismo debaixo do sol” (ASSIS, 1996, p.52), apreciava aquele que já admitira nada saber de política e que se via, então, obrigado a estender a declaração: “De todas as coisas deste mundo e do outro, a que menos entendo, é o câmbio” (ibid.: 134).

Oprimido pelo “ardor e autoridade” (ibid.: 104) com que tais temas eram discutidos, espantava-se, cinicamente, por conhecer o vocabulário, mas não compreender como um único evento podia ter tantas explicações diferentes, quando não contraditórias. Machado sabia que a pomposa eloquência das discussões visavam muito mais impressionar os leitores do que esclarecer o caos econômico. Em crônica de junho de 1893, satirizando o *nonsense* dos financistas, fingia estar interessado em se tornar um especialista em finanças. O método que lhe foi aconselhado era

escrever um opúsculo sobre o *déficit* ou sobre os saldos, publicá-lo e confiá-lo aos amigos que fariam o resto. Como a maior parte dos homens não sabe finanças, (...), ainda que os sabedores me atacassem, o público ficava em dúvida, se a razão estava comigo ou com eles, porque de ambas as partes ouvia falar em conversão de dívida e impostos. Quando o católico ouve missa, uma vez que o padre diga o que está no missal, não quer saber se ele sabe latim, ou se quem o sabe, é o padre do altar fronteiro. Tudo é missa, tudo são finanças (ibid.: 257-258).

A desordem financeira tinha, para Machado, implicações muito mais profundas do que a exibição retórica dos articulistas. Uma sociedade cujo modelo de prestígio é o burguês milionário faz com que os princípios e as normas de conduta passem a ser regidos pelos valores monetários. O Encilhamento, contudo, inaugurando o desconcerto dos índices cambiais que se perpetrou por toda a década de 90, impediu que até mesmo a moeda pudesse ser tomada como um padrão valorativo. Na ausência de um novo código que reordenasse, moralmente, as relações sociais, não é de se espantar que o *Eclesiastes* seja uma referência constante nas crônicas machadianas:

Eu não quero outro manual de sabedoria. Quando me afligirem os passos da vida, vou-me a esse velho livro para saber que tudo é vaidade. Quando ficar de boca aberta diante de um fato extraordinário, vou-me ainda a ele para saber que nada é novo debaixo do sol (ASSIS, 1996, p.180).

Não que o cronista estivesse tão certo da velha máxima *nihil novi sub sole*. Já dissera, numa crônica de 1893 que, por vezes pensava estar ficando o mundo velho, por outras tudo lhe parecia “verde em flor” (ASSIS, 1996, p.162). O manual de conduta do Antigo Testamento, versando sobre virtudes humanas, talvez não fosse o ideal machadiano

de lei moral, mas, na ausência de outro referencial, servia como ponto de contato com o leitor.

“Vão-se os deuses. Morrem as doces crenças abençoadas. Ruínas morais, que são ao pé de vós ruínas de um império?” (ASSIS, 1957, p.171), perguntava-se num tom que um leitor desavisado chamaria de moralista. Machado, entretanto, bom leitor de Montaigne, sabia que cada época e cada povo reza por uma cartilha de costumes: “Sim, a moral é assaz variada, como as estações, os climas, as cores, as disposições de espírito.” (ASSIS, 1996, p.251). Suas críticas não faziam a denúncia da imoralidade dos novos costumes, e sim do amoralismo inaugurado pela completa ausência de fundamentos de conduta.

“Na crise moral deste fim de século, a decretação da consciência é um grande ato político e filosófico. Pode criar assim uma geração capaz de encarar os tremendos problemas do futuro e refazer o caráter humano” (ibid.: 222), comentava ele a intenção do Conselho Municipal de regulamentar os serviços domésticos, exigindo, entre outras coisas, que os empregados fossem bem tratados. Quando as relações sociais encontram-se deterioradas ao ponto de serem necessárias leis que determinassem os mínimos requisitos de humanidade, pode-se entender o porquê de Machado considerar os demais problemas de sua sociedade meros desdobramentos da crise moral: “Como faremos eleições puras, se falsificamos o café, que nos sobra? Espírito da fraude, talento da embaçadela, vocação da mentira, força é engolir-vos também de mistura com a honestidade de tabuleta” (ibid.: 161).

Se o repúdio ao *ethos* amoral da verde república justifica o tom pessimista de suas crônicas, tampouco autoriza que se conclua ser escapismo o afastamento de Machado das crônicas. Enquanto esteve à frente da coluna dominical da *Gazeta*, o escritor destilou seu pessimismo na fina ironia com que satirizava, sem ser notado, seus pares – já disse Antonio Candido (1976) que ele lisonjeava o público e a crítica, dando-lhes a falsa sensação de que eram inteligentes. O cronista contrabalançava seu descrédito nos destinos do homem com uma concepção estética da existência humana. “A estética é o único lado por onde vejo os negócios públicos” (ASSIS, 1957, p. 91). Quando a dura realidade dos episódios cotidianos impedem a apreciação estética, são vertidos em cenas de grandes obras clássicas. A crônica de 18 de março de 1894 fez da Revolta da Armada a *Iliada*, e complicações cambiais metamorfoseiam-se, na crônica de 3 de junho do mesmo ano, na cena

do cemitério de *Hamlet*. Machado fazia valer uma antiga concepção existencial: ainda que repleta de incidentes abomináveis, a vida vale a pena se encarada como um espetáculo.

Ecoa aqui, ainda não conjurada, a pergunta que obsedia estas linhas: se a crônica sempre serviu aos seus propósitos de estetização do cotidiano, por que Machado a rejeitou? A resposta ao dilema pode estar numa simples reformulação da pergunta: o Bruxo teria, de fato, abandonado seu principal instrumento de trabalho? Talvez não. A igreja provavelmente era outra, mas o breviário o mesmo.

Não era a primeira vez que Machado surpreendia seus leitores com uma enigmática saída de cena. O autor já desistira, alguns anos antes, de escrever crítica literária. Não seria um disparate supor que possa haver analogias entre os dois casos. Era um crítico respeitado desde a década de 60 — Alencar já o reconhecera como o grande talento analítico do momento, tendo-lhe, inclusive, encaminhado Castro Alves — e seu retraimento também gerou muitas especulações.

O ensaísmo literário machadiano, ao sabor da época, inseria-se numa linhagem que concebia a função do crítico como o responsável por guiar, de modo quase pedagógico, autores e leitores rumo à elaboração de uma literatura nacional. O caráter normativo dessa atividade convertia os confrontos entre os analistas em polêmicas insolúveis, que não raro degeneravam em acusações pessoais de lado a lado. Machado, entretanto, parecia seguir os conselhos paternos de sua “Teoria do medalhão” e fugia do pugilato das idéias, por achá-lo muito mais perigoso que o das ruas. Abriu-se assim a senda para que seu afastamento dos trabalhos críticos fosse associado ao proverbial tédio à controvérsia do Conselheiro Aires, transferido da criatura ao criador.

Maria Elizabeth Chaves de Mello (1997), num interessante estudo, contesta essa interpretação. Para a ensaísta, não se tratava de uma questão de temperamento. Machado, na realidade, duvidava da eficácia das polêmicas. O “silêncio do desdém” com que brindava as espalhafatosas contendas literárias, mesmo as que envolviam seu nome, refletiria o repúdio a um tipo de crítica que insistia na aplicação de modelos teóricos europeus e se alimentava de polêmicas de teor exclusivamente retórico. Diga-se que a expressão “silêncio do desdém” aparece no polêmico artigo “A nova geração”, de 1879. A apreciação feita por Machado de Tobias Barreto causou indignação em Sílvio Romero, que rebateu com seu peculiar tom veemente. Vários amigos saíram em

defesa de Machado, mas ele próprio não tomou parte da contenda.

Machado teria descoberto que a ficção era uma maneira muito mais vigorosa e eficaz de se dizer o que se pensa. Fazendo morrer sua atividade crítica, o autor ressuscitou-a em sua obra ficcional, onde podia atacar não apenas a ideologia cientificista, mas também os próprios fundamentos da crítica literária brasileira. Chaves de Mello, fundamentada em Costa Lima (1981, p. 60), chamará de “ficção crítica” a essa solução encontrada pelo escritor para poder atuar em uma sociedade viciada em formas de ostentação retórica e crente da supremacia da ciência sobre as demais áreas do saber.

A hipótese da autora é plausível e convida a se fazer uma analogia com a questão aqui trabalhada: se renunciou à crítica literária em favor de uma ficção crítica, Machado teria também abandonado a crônica em função de uma “ficção cronística”? Embora aparentemente semelhantes, as motivações de cada ato encerram profundas diferenças.

Em primeiro lugar, se o crítico literário detém um “notório saber” que retira da institucionalização do local de onde fala, o cronista, além de não possuir um saber especializado, atua numa área dominada pela livre opinião, onde os elementos ficcionais circulam sem causar estranheza. A crônica não era um espaço adequado à exibição retórica ou ao fomento de polêmicas – não se exigia muito de um reles folhetim-variedades, não se levava muito a sério o cronista...

A segunda dessemelhança merece melhor explicação. Chaves de Mello acredita que um dos interesses de Machado em abandonar a crítica literária era o de atingir, na ficção, um público mais amplo do que o dos artigos teóricos. Tal assertiva vai de encontro a uma das conseqüências mais explícitas da renúncia machadiana ao jornal. Num país de iletrados, a crônica, por seu estilo e por seu suporte de difusão conseguiria atingir um número maior de leitores que qualquer outro gênero (CANDIDO, 1992, p.80). Considerando-se a diversa abrangência de leitores que a crônica possui, em comparação ao universo mais restrito dos livros, a desistência do diálogo público com o leitor e a opção pelos romances – pelo veículo “livro” – pode ser avaliada como um afastamento deliberado do grande público.

A decisão de Machado destoava do pensamento predominante da época. Os escritores mais combativos viam na prática publicista condição essencial para a ação intelectual e, por conseguinte, para o progresso do país – vale lembrar que 1897 é o ano do Caso Dreyfus,

marco do engajamento dos intelectuais em causas sociais. O próprio sucessor de Machado na *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac, especializou-se “em opinar sobre os mais diversos assuntos que interessassem diretamente à organização da sociedade civil” (BILAC, 1996, p. 15).

O nosso autor ia, contudo, na contramão da história, aparentando cansaço e desinteresse pelos assuntos da pauta jornalística. Uma das causas desta renúncia seria, justamente, a ampliação do público real dos jornais, que agravaria uma das dificuldades da prática da crônica – “um mesmo texto deve agradar a leitores de opiniões bastante diferentes entre si” (RESENDE, 1995, p. 40). John Gledson atenta que Machado é herdeiro de uma tradição de cronistas que remonta a Alencar e França Júnior, “cuja matéria eram as pequenas notícias locais, e que pressupunham a existência de uma audiência mais ou menos compacta” (ASSIS, 1996, p.29). A pequena comunidade de leitores dos meados do século XIX compartilhava de um mesmo fundo de experiências, havendo muita coisa subentendida ou implícita. Porém, nos últimos anos, as raízes desta experiência comum tornaram-se frágeis. Mesmo que o noticiário da imprensa fornecesse a matéria-prima para a crônica, o ensaísta contesta que dificilmente os leitores de Machado leriam tantos jornais quanto ele próprio, que aludia a vários “numa linguagem que seria incompreensível para quem não tivesse lido o jornal em questão (ASSIS, 1996, p. 29).

A partir do momento em que cronista e leitor já não dividem o mesmo imaginário e as crônicas passam a não mais ser auto-explicativas, as possíveis “lições” tornam-se improfícuas. Situação exemplar experimentou o cronista ao receber diversas cartas louvando seu apoio à vinda de mão-de-obra chinesa para o Brasil, tema de inflamados debates parlamentares. Em verdade, Machado havia demonstrado, ironicamente, que a vinda dos orientais tinha o único intuito de explorá-los como bestas de trabalho – “Que outro bicho humano iguala o chim?” (ASSIS, 1996, p.121). Na crônica seguinte ele contestou os encômios recebidos:

Eu não sou homem que recuse elogios. (...) Mas confesso que desta vez nem tive tempo de saborear os louvores; fiquei espantado, porque eu não defendi nada, nem ninguém. Não fiz mais que apontar as qualidades do chim e as de outros imigrantes, para significar que, entrando o chim, os outros somem-se (...) Francisco Belisário [um escravagista], por exemplo, era da mesma opinião, e não me consta que o elogiassem por ela (ibid.: 124)

E concluía enfático, tentando explicar o que havia de fato escrito na tão incompreendida crônica:

Se não são estas as textuais palavras, advirtam que foram transcritas por mim, cujo falar ou escrever tem o vício de ser torto, truncado ou brusco; mas o sentido aí está. (...) (ibid.: 124).

(...) concordo que o meu vezo de falar por meias palavras pode muito bem dar um sentido ao que o tem diverso (ibid.: 125).

Quando a dissensão entre Machado e o público torna-se mais intensa, o “eterno divergente” (ibid.: 160) encontra dificuldades para se equilibrar em torno da moderada “opinião média” (ibid.), com que mantinha a necessária eqüidistância dos variados leitores da crônica: “Tantas são as matérias em que andamos discordes, que é grande prazer achar uma em que tenhamos a mesma opinião” (ASSIS, 1957, p. 303), dizia o Bruxo em 1894. Cronista e leitor, definitivamente, não formavam mais um harmonioso *nós*:

enquanto *vós* outros cuidáveis da reforma financeira e tantos fatos da semana, enquanto percorrieis as salas da nossa bela exposição preparatória da de Chicago, *eu* punha os olhos em um telegrama de Constantinopla, publicado por uma das nossas folhas (ibid.: 170) [grifo meu].

Refletindo sobre seu papel na imprensa, Machado teria pressentido que suas crônicas, sem leitores à altura, não representavam mais um diferencial, e sucumbia, nos jornais, entre os textos de apelo comercial, as seções mundanas e a ostentação retórica. De conselheiro, arriscava-se a estar se transformando num velho moralista, falando em nome de valores caducos. Decide-se então por uma retirada estratégica. Não se tratava de abdicar da intervenção na contemporaneidade e optar pela posteridade: Machado não mata o cronista e *escapa* para a ficção, ele *desloca* o cronista para um novo ambiente discursivo. Entendendo que o jornal não oferecia mais condições para o desenvolvimento de uma escrita ética, Machado renuncia à prática diária da crônica na imprensa e, aparentemente, descredencia o gênero. Entretanto, conduziria as estratégias discursivas características da escrita cronística – a versatilidade proporcionada pela escrita em primeira pessoa, a intimidade e o dialogismo simulados com o leitor, a estrutura em pequenos capítulos episódicos, as digressões e os comentários paralelos à narrativa principal – ao ambiente ficcional (cf. FRANÇA, 2001). Tome-

se como exemplo a narrativa em forma de diário do *Memorial de Aires*, que, por si só, já emula a rotina da colaboração na Imprensa e provoca um efeito de eliminação do caráter totalizador do romance do século XIX. Aires não tem a autoridade da onisciência: seu conhecimento do enredo vai somente até o dia em que acabou de escrever. Ele anota e comenta os eventos à medida que eles vão acontecendo. Até mesmo as personagens são descritas de acordo com impressões e opiniões que mudam conforme a trama avança. O diário simula assim uma escrita sem rasuras.

\*\*\*

Na última década do século XIX, a profunda desordem política, econômica e social, que acompanhou o arrebatamento civilizador republicano, lançou escritores e leitores na experiência radical da modernidade. A nova realidade apresentou um código de valores e uma (a)moralidade tão inusitados que o escritor assistiu, agonizante, a transformação de sua experiência de vida numa sabedoria decrépita.

A aporia do fim de um ciclo traduziu-se no comportamento de Machado de Assis. Cronista de quatro décadas, ele toma uma decisão tradicionalmente entendida como escapista: abandona a crônica. Mas ao renunciar à fugacidade da escrita no jornal e abraçar a perenidade do ambiente ficcional, o velho Bruxo não rejeita as estratégias narrativas desenvolvidas durante sua prática cronística e desloca seu narrador intimista e auto-referente para o romance, onde, impossibilitado de dialogar com o “tumulto sem vida” (ASSIS, 1996, p.88) do presente, contempla, de modo lírico, o mundo que se finge de novo: “Afinal tudo passa, e só a terra é firme” (ASSIS, 1962, p. 281).

## ABSTRACT

On 28th February 1897, Machado de Assis leaves the “*Gazeta de Notícias*”, closing a period of thirty-eight years of regular collaboration with the city’s press. His leaving is enigmatic and has been interpreted in various ways by the literary studies. This article aims to discuss the reasons which led Machado to abandon the *crônica* and also demonstrate that some features of this type of writing had a direct influence in the production of his three last novels, published after February 1897.

### KEY-WORDS:

19<sup>th</sup> Century; Brazilian Literature; Machado de Assis; Cronica.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memorial de Aires*. Edição crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

----- . *Obras Completas*. V. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.

----- . *A Semana*; crônicas (1892-1893). Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996.

----- . *A Semana*; (1894-1895). Edição de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1957.

----- . *A Semana* (1895-1900). Edição de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc, 1962.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BILAC, Olavo. *Vossa insolência: crônicas*. Organização Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio [et al.]. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

----- . *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3<sup>a</sup> edição. Cia das Letras, 1998.

FRANÇA, Julio. *O Narrador Ético; experiência e sabedoria nas crônicas do*

século XIX. 2001. 120 f. Dissertação. (Mestrado em Literatura Brasileira) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. *Lições de crítica; conceitos europeus, crítica literária e literatura crítica no Brasil do século XIX*. Niterói: EDUFF, 1997.

PUJOL, Alfredo. *Machado de Assis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

RESENDE, Beatriz. (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, CCBB, 1995.